

ENTRE CURSOS E DISCURSOS: O DISCURSO POLÍTICO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES NO PROGRAMA LER E ESCREVER NO ESTADO DE SÃO PAULO E A BUSCA DA ESCOLA DE QUALIDADE

Camila dos Santos Almeida – PUC-Campinas

Elvira Cristina Martins Tassoni – PUC-Campinas

Agência Financiadora: FAPESP

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo compreender como os discursos dos documentos oficiais da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo contemplam a formação de professores alfabetizadores. O recorte histórico para a escolha dos documentos deu-se a partir do Comunicado da Secretária de Educação do Estado de São Paulo ao anunciar o Programa Ler e Escrever. Neste comunicado a Secretária justifica a implantação do Programa a partir dos índices de leitura e de escrita obtidos no SARESP de 2005 (Sistema de Avaliação de Rendimento do Estado de São Paulo), considerados preocupantes. O Programa Ler e Escrever é uma política do referido estado que tem como proposta a atuação em diversas frentes: elaboração e distribuição de material didático, acompanhamento do rendimento escolar e formação pedagógica, para os anos iniciais do Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano. O processo de formação é objeto de estudo deste trabalho e, a partir da problematização do discurso dos documentos oficiais, buscamos compreender a proposta do Programa no que se refere à formação de professores alfabetizadores.

Bonckart e Machado (2004) destacam que a importância de analisar textos – orais e escritos – ou a rede discursiva que se constrói na e sobre uma determinada atividade está em chegar a compreender a natureza e as razões das ações verbais e não verbais desenvolvidas e o papel que a linguagem aí representa. Nesta perspectiva este trabalho problematiza o discurso utilizado nas resoluções estaduais mais recentes que contemplam concepções e objetivos ligados à formação de professores do estado de São Paulo.

No ano de 2003, iniciou-se o um curso sistematizado de formação continuada para professores das séries iniciais, no estado de São Paulo – O Programa Letra e Vida. Este programa trouxe um caráter formativo prático à realidade estadual, trazendo ideias, concepções e modelos conforme se desejava a aplicação na realidade das salas de aula.

Neste momento histórico, a educação do estado de São Paulo passava, então, por uma transformação no que se refere à difusão de novas ideias e concepções, principalmente na área da alfabetização – área em que se concentravam os estudos do Programa Letra e Vida. Tal transformação foi evidenciada nos discursos assumidos pela Secretaria Estadual de Educação, concretizando-se nas propostas de governo que foram lançadas. Para compreender as mudanças ocorridas neste recorte histórico, faremos uma análise do discurso dos seguintes documentos estaduais:

- Política Educacional do Estado de São Paulo;
- Resolução 86 de 19-12-2007, que institui o Programa Ler e Escrever e traz orientações para a implantação do Programa Ler e Escrever, por meio do Comunicado da Secretária de Educação;
- Resolução 88, de 19-12-2007, que dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador;
- Resolução 89, de 19-12-2007, que dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador dos anos iniciais do ensino fundamental, em escolas da rede estadual de ensino;
- Apresentação do Programa Letra e Vida;
- Apresentação do Programa Ler e Escrever;

A fim de buscar concepções ocultas no discurso, buscamos analisar excertos destes documentos, problematizando-os numa perspectiva inspirada na análise de discurso, conforme propõe Gill (2002, p. 247), segundo os quatro temas principais destacados por ela:

uma preocupação com o discurso em si mesmo, uma visão de linguagem como construtiva (criadora) e construída, uma ênfase no discurso como uma forma de ação; e uma convicção na organização retórica do discurso.

Este trabalho está organizado, então, trazendo o discurso dos documentos oficiais e reflexões no que se refere à busca de concepções sobre a formação de professores de cada um dos documentos citados, suas coincidências e divergências articuladas às teorias que explicitamente assumem, bem como às concepções teóricas que silenciam.

Entendemos, nesta análise, que o silêncio se configura, também, em uma forma de comunicação. O que é ocultado no discurso dos documentos, no que se refere à proposta de formação de professores, buscamos evidenciar, por meio de

questionamentos relacionados às teorias e às políticas educacionais. Em se tratando de documentos oficiais da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo os textos foram entendidos como um discurso construído com o fim específico de ação na sociedade, portanto, criador de uma nova realidade. O que é dito e o que é ocultado possui caráter político e torna-se diretriz para a realidade educacional. Portanto, necessita ser elucidado e refletido à luz de teorias e das possibilidades sociais reais.

Não se pretende, neste momento, realizar confrontação entre o prescrito nos documentos e o efetivamente realizado no lócus escolar. Ter uma visão completa do Programa Ler e Escrever exige a análise destes dois aspectos, contudo, nosso objetivo não se configura nesta perspectiva. Debruçamo-nos na compreensão e na reflexão da proposta de formação de professores deste Programa, cabendo a um próximo estudo a análise de como esta proposta se configura no interior da escola.

Primeiro, realizamos uma contextualização, para que o leitor possa situar-se no cenário discursivo vigente no estado de São Paulo, no recorte histórico escolhido nesta pesquisa. Em seguida, trazemos a proposta do governo do estado de São Paulo para a formação de professores lançada concomitante com o Programa Ler e Escrever. Foi realizada uma análise a partir de termos utilizados, aparentemente com consenso de significado. Entretanto, buscamos problematizar o discurso de forma que fique possível emergir diferentes concepções, elucidando do que se fala, para quem se fala, quem se omite e quem se responsabiliza. Nesta análise evidenciou-se a justificativa do surgimento do Programa Ler e Escrever dada a partir dos baixos resultados de leitura e de escrita pela avaliação em larga escala realizada no ano de 2005 (SARESP). Com este dado, buscamos levantar no discurso dos documentos analisados, qual o posicionamento do governo estadual para caminhar no sentido de solucionar esta defasagem.

IDEIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES

Os textos em questão surgem no contexto do ano de 2007, quando a Secretaria de Educação do estado de São Paulo promulgou decretos e resoluções orientando sobre a função do Professor Coordenador. Este ano pode ser chamado de intenso em diferentes frentes da educação estadual, considerando que houve significativas mudanças na organização da educação, tendo como exemplos principais, a reestruturação do cargo do Coordenador e a implantação do Programa Ler e Escrever,

que foi idealizado com a intenção de modificar o cotidiano das salas de aula, secretaria, diretorias e demais instâncias pedagógicas da educação estadual.

A educação estadual, naquele momento, influenciava-se pela difusão das ideias apresentadas no Programa Letra e Vida, idealizado em 1999 e com início de implantação no ano de 2001. Este Programa foi oferecido aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com o objetivo de formar professores alfabetizadores numa concepção diferente da educação tradicional, elaborando uma proposta influenciada pelas teorias de Emília Ferreiro e Ana Teberosky. A fim de esclarecer sobre o Programa Letra e Vida, o site oferece a seguinte apresentação:

O Programa de Formação de Professores Alfabetizadores é um curso destinado a professores que ensinam a ler e escrever no Ensino Fundamental, envolvendo crianças, jovens ou adultos. O curso está aberto também a outros profissionais da educação que pretendem aprofundar seus conhecimentos sobre o ensino da leitura e da escrita (SÃO PAULO. Disponível em: cenp.edunet.sp.gov.br/letraevida).

Ainda segundo as informações do site, os objetivos do Programa visavam:

- Melhorar significativamente os resultados da alfabetização no sistema de ensino estadual, tanto quantitativamente quanto qualitativamente.
- Contribuir para uma mudança de paradigma no que se refere tanto à didática da alfabetização quanto à metodologia de formação dos professores.
- Contribuir para que se formem, na base do sistema estadual de educação, quadros estáveis de profissionais capazes de desenvolver a formação continuada de professores alfabetizadores.
- Contribuir para que tanto as diretorias de ensino, quanto as unidades escolares sintam-se responsáveis pela aprendizagem de todos os seus alunos.
- Favorecer a ampliação do universo cultural dos formadores e dos professores cursistas, principalmente no que se refere ao seu letramento (SÃO PAULO. Disponível em: cenp.edunet.sp.gov.br/letraevida).

Já no primeiro objetivo do Programa, ressalta-se a preocupação com os resultados de leitura e de escrita. Tal preocupação está presente em diversos outros documentos, que, explicitamente, relacionam os níveis de leitura e de escrita ao conceito de qualidade de ensino. No segundo objetivo – “Contribuir para uma mudança de paradigma no que se refere tanto à didática da alfabetização quanto à metodologia de formação dos professores” – deixa-se subentendida uma série de questões: Quais os motivos/necessidades para esta mudança? Uma mudança de paradigma envolve um intenso processo de estudo, reflexão e produção de conhecimentos sobre novas bases. Naquele contexto, observava-se uma produção de conhecimentos provenientes da academia que apontavam para uma ruptura com o paradigma tradicional, no que se

refere à alfabetização. Pesquisas evidenciavam a necessidade das práticas pedagógicas considerarem a linguagem escrita em funcionamento nos textos e a necessidade de um trabalho pedagógico que contemplasse a diversidade de textos que circulavam fora da escola. Tais estudos deram base para publicações elaboradas por equipes vinculadas aos órgãos oficiais, objetivando subsidiar as mudanças nas práticas escolares de alfabetização. Nesse sentido, a configuração da proposta de formação do Programa Letra e Vida baseava-se na realização de experiências concretas de leitura e de escrita com os professores alfabetizadores, pautadas por reflexões em diferentes momentos do processo de formação. Desta forma, esperava-se que tal processo pudesse levar à construção de novo paradigma em relação à alfabetização, a fim de que as mudanças nas práticas pedagógicas se efetivassem. Embora esses apontamentos não estejam explicitados no documento de apresentação do Programa Letra e Vida, essas ideias fervilhavam naquele contexto e dialogaram com o processo de elaboração do referido Programa.

Em relação ao último objetivo – “Favorecer a ampliação do universo cultural dos formadores e dos professores cursistas, principalmente no que se refere ao seu letramento” – poderíamos pensar que o Programa tem a ideia de que os professores têm um universo cultural restrito? Sem dúvida, todo universo cultural, independente de ser amplo ou restrito, pode ser ampliado, tendo como referência, principalmente, a concepção de professor como agente representante da cultura. No final do parágrafo, enfatiza-se essa ampliação principalmente no que se refere ao letramento do professor. Segundo Magda Soares (2003), letramento difere-se de alfabetização, no que se refere ao uso da leitura e da escrita em práticas sociais. Remetendo-nos à questão: como um curso de formação de professores, com enfoques didáticos e metodológicos, além de ampliar o universo cultural dos cursistas, garantiria o uso da leitura e da escrita em práticas sociais pelos mesmos? Não seria esta uma pretensão muito grande para se estabelecer nos objetivos de um Programa?

Nota-se pelo texto acima o cenário de mudança que se instalava na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. A busca de quebra de um paradigma – ainda que oculto neste documento – abalava a estrutura das escolas. Como em todo e qualquer cenário, uma mudança de paradigma e a imposição de uma nova prática, desestabiliza e provoca insegurança nos agentes desta mudança – neste caso os professores. Na forma como o texto apresenta o Programa Letra e Vida, aparentemente pressupondo a formação de um novo tipo de professor, com um universo cultural mais amplo,

demonstra a insatisfação com o quadro funcional atual e a necessidade de formação deste quadro, a fim de atender a este novo paradigma.

Esperamos que os questionamentos acima tenham contribuído para o entendimento de algumas concepções que se passavam neste contexto histórico, no que se refere ao educador e às práticas de leitura e escrita. A seguir, iniciaremos a reflexão dos documentos que se apresentaram na Secretaria Estadual de Educação no ano de 2007, efetivando medidas que trazem concepções que dialogam com as ideias do Programa Letra e Vida, que acabamos de apresentar.

A NECESSIDADE DE DESENVOLVER COMPETÊNCIAS DE LEITURA E ESCRITA E A CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA

Como já apresentado, no ano de 2005 os resultados do SARESP provocaram uma reação nos órgãos reguladores da educação estadual, como demonstra o Comunicado da Secretária de Educação em 2007, ao implantar o Programa Ler e Escrever:

A Secretária de Estado da Educação, considerando:

- a urgência em solucionar as dificuldades apresentadas pelos alunos de Ciclo I com relação às competências de ler e escrever, expressas nos resultados do SARESP 2005;

- a necessidade de promover a recuperação da aprendizagem de leitura e escrita dos alunos de todas as séries do Ciclo I;

- a imprescindibilidade de se investir na efetiva melhoria da qualidade de ensino nos anos iniciais da escolaridade, resolve: (...) (SÃO PAULO, 2007a. Resolução 86 de 19-12-2007) (grifos das autoras).

A Secretaria Estadual de Educação, no ano de 2007, assume, por meio de suas publicações, um discurso de ênfase na qualidade. O trecho acima é a parte inicial do Comunicado da Secretária ao implantar o Programa Ler e Escrever no estado. Como se pode observar, a ideia do Programa surgiu da necessidade apontada nos resultados obtidos na avaliação de rendimento proposta pelo estado, o SARESP, no ano de 2005. Este sistema busca medir os conhecimentos dos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Trata-se de uma avaliação em larga escala, produzida pela Secretaria Estadual de Educação. Os resultados desta avaliação parecem ter afetado a instituição, provocando a necessidade de uma tomada de atitude, que está relacionada ao investimento na melhoria da qualidade de ensino. Diz ser imprescindível tal investimento. Cabe ressaltar, que neste momento é utilizada a expressão *qualidade de*

ensino, abrindo caminho para os seguintes questionamentos: Até que ponto o primeiro e o terceiro item relacionam-se – baixo rendimento na avaliação x necessidade de melhoria na qualidade de ensino? Por que o uso da expressão qualidade de ensino e não *qualidade da educação*? Estariam os resultados atrelados apenas à figura do professor, aquele que ensina? E principalmente, que qualidade é essa? Refere-se apenas ao aumento de índices na avaliação em larga escala? O que se entende por qualidade de ensino? Qual é a concepção de qualidade neste momento?

Em seguida, a Secretária institui o Programa Ler e Escrever, passando a ideia que o Programa venha solucionar as considerações que havia levantado como problemáticas. São objetivos do Programa:

Art. 1º Fica instituído, a partir do ano de 2008, o Programa “Ler e Escrever”, com os seguintes objetivos:

I – alfabetizar, até 2010, a todos os alunos com idade de até oito anos do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino;

II – recuperar a aprendizagem de leitura e escrita dos alunos de todas as séries do Ciclo I do Ensino Fundamental (SÃO PAULO, 2007a. Resolução 86 de 19-12-2007).

Observa-se que os objetivos traçados para o Programa Ler e Escrever contemplam apenas as áreas de leitura e escrita, desconsiderando as demais, até mesmo a matemática, que é contemplada no material didático do Programa. Os objetivos, contudo, dialogam diretamente com as considerações prévias expressas no mesmo texto, no que se refere às dificuldades de leitura e escrita expressas pelo SARESP.

Ainda sobre o objetivo estabelecido pelo Programa Ler e Escrever de alfabetizar, até 2010, todos os alunos até os oito anos de idade matriculados no Ensino Fundamental da Rede Estadual, podemos concluir que esta foi uma meta não atingida, uma vez que no ano de 2012 iniciou-se o Programa Alfabetização na Idade Certa que possui a mesma meta. Assim, as estratégias estabelecidas no Programa Ler e Escrever não foram suficientes para atingir este objetivo. Assim, tanto no Programa Letra e Vida como no Programa Ler e Escrever observamos o estabelecimento de metas ambiciosas demais, considerando, principalmente, o contexto e as estratégias utilizadas.

Outro texto em que se evidencia o discurso de qualidade é o de apresentação do Programa Ler e Escrever:

Mais do que um programa de formação, o Ler e Escrever é um conjunto de linhas de ação articuladas que inclui formação, acompanhamento, elaboração e distribuição de materiais pedagógicos e outros subsídios, constituindo-se

dessa forma como uma política pública para o Ciclo I, que busca promover a melhoria do ensino em toda a rede estadual (<http://lereescrever.fde.sp.gov.br>) (grifos das autoras).

No excerto acima, além de observarmos mais uma vez o discurso referente à qualidade de ensino, uma característica ainda não vista nos demais documentos é acrescida ao Programa Ler e Escrever: uma política pública para o ciclo I. É neste texto que essa dimensão do Programa é evidenciada e toma seu peso na esfera da educação estadual. Não se trata de um Programa de recuperação de aprendizagem somente – o que já mereceria amplos estudos, mas uma política que está norteando, ou até mesmo, definindo, os caminhos da educação das escolas estaduais, basicamente no que se refere à formação para ler e escrever.

Segundo Valiengo (2012, p. 95) o Programa Ler e Escrever foi criado tendo como referência a mesma base teórica do Programa Letra e Vida e tem como proposta de formação de professores os mesmos princípios do Programa anterior. “O curso Letra e Vida (SP) propõe situações de aprendizagem consideradas ideais para o bom desempenho dos alunos; da mesma maneira, essas situações estão organizadas nos materiais do Ler e Escrever destinados ao professor”. Evidencia-se, assim, a articulação entre as ideias de ambos os Programas na perspectiva da mudança de paradigma que se almejava.

Neste mesmo contexto de criação do Programa Ler e Escrever e de influência das ideias do Programa Letra e Vida, o estado promulgou as Resoluções 88 e 89 de 19-12-2007 (SÃO PAULO, 2007b; 2007c), estabelecendo diretrizes sobre a função do Professor Coordenador (PC), aliás, coincidência, ou não, as Resoluções SE-88 e SE-89 foram publicadas na mesma data do Comunicado da Secretária de Educação sobre a implantação do Programa Ler e Escrever (Resolução SE-86).

Este fato aparenta o fervor por mudança na esfera escolar em que se encontrava a Secretaria Estadual de Educação, provocado, tanto pela necessidade de tomada de atitude mediante a situação detectada na avaliação do SARESP de 2005, como pelo cenário em que a mudança de paradigma, no que se refere às práticas escolares de leitura e de escrita, já estava dada. Vale colocar que o Programa Ler e Escrever já vinha acontecendo na realidade do município de São Paulo, a partir do Programa São Paulo Faz Escola (Programa Municipal, que estabelece diretrizes para a educação nas escolas da rede do município).

A Resolução 88 traz na introdução o seguinte:

A Secretária da Educação, considerando que a coordenação pedagógica se constitui em um dos pilares estruturais da atual política de melhoria da qualidade de ensino e que os Professores Coordenadores atuam como gestores implementadores dessa política com objetivos de: (...) (SÃO PAULO, 2007b. Resolução SE 88, de 19-12-2007) (grifos das autoras).

Mais uma vez, o discurso da melhoria da qualidade de ensino vem à tona, colocando, ainda, o Professor Coordenador como implementador desta política. O trabalho do coordenador – como era chamado até a publicação deste documento em 2007 – era então orientado pela Resolução de 1970, a qual colocava a figura do coordenador mais como um auxiliar da diretoria, tendo suas funções ainda bastante ligadas ao administrativo. Essa mudança é evidenciada na Resolução 89, de 19-12-2007, ao retratar o processo de seleção do Professor Coordenador em seu artigo 4º:

No projeto a ser apresentado para seleção do Professor Coordenador, além das exigências definidas na Res. SE 88/2007, deverão estar relatadas as experiências profissionais em alfabetização e nas séries iniciais do ensino fundamental, demonstrando conhecimento adquirido por práticas em sala de aula ou propostas didáticas apoiadas na leitura e na escrita de textos, com bons resultados de aprendizagem. (SÃO PAULO, 2007c. Resolução SE 89 de 19-12-2007) (grifos das autoras)

No momento da difusão das ideias do Programa Letra e Vida e da implementação do Programa Ler e Escrever, este profissional recebe uma nova dimensão em sua função – de implantar uma política de melhoria da qualidade de ensino, talvez até grande demais para o espaço que realmente possui na escola, considerando, principalmente as duas horas semanais que dispõe para o trabalho direto com o grupo de professores. Esta nova atribuição do Professor Coordenador nos remete às seguintes questões: O que se entende por qualidade de ensino? O que se considera melhorar esta qualidade?

Observando os destaques apresentados até o momento, desde o comunicado da Secretária, o documento de apresentação do Programa Ler e Escrever, bem como as Resoluções 88 e 89, fica evidente o discurso de qualidade. A aparente preocupação com os resultados dos alunos, principalmente nas habilidades de leitura e escrita, nos remete à discussão da questão da qualidade em que se apresenta nos discursos supracitados.

Algo que intriga muito é que o conceito de qualidade, ainda que em constante uso em diferentes tipos de texto, não é conceituado explicitamente e, muito menos ancorado ou contextualizado teoricamente. O termo ganhou uso no Brasil a partir de sua

dinamização no mundo empresarial, tendo como referência Deming, conhecido como o pai do renascimento industrial japonês após a segunda guerra mundial, bem como um dos gurus da qualidade nos Estados Unidos. Para Deming (apud Ramos, 1992, p. 5), o alcance da qualidade depende dos 14 tópicos específicos do método:

- Filosofia da qualidade;
- Constância de propósitos;
- Avaliação no processo;
- Transações de longo prazo;
- Melhoria constante;
- Treinamento em serviço;
- Liderança;
- Afastamento do medo;
- Eliminação de barreiras;
- Comunicação produtiva;
- Abandono de cotas numéricas;
- Orgulho da execução;
- Educação e aperfeiçoamento;
- Ação para transformação.

Na década passada, teóricos como Ramos (1992) reuniram esforços para que o modelo de qualidade supracitado fosse transferido para as escolas. Questionamentos a respeito de como se implantaria com seres humanos um modelo empresarial de produção de resultados, fez crescer a crítica à metodologia. Entretanto, mesmo sem uma metodologia e um conceito explícito, o termo continua em uso frequente, como se houvesse um consenso sobre o que seria uma escola de qualidade ou um ensino de qualidade.

Estudos sobre qualidade nas escolas frequentemente remetem às questões de fluxo e acesso, como ressaltam Franco, Alves e Bonamino (2007, p. 991), ao examinar comparativamente os pressupostos e as ênfases de quatro gerações de agendas políticas educacionais dirigidas à educação básica, com início na década de 1970 e influência na realidade educacional brasileira atual. Discute suas potencialidades e limitações em face do desafio da qualidade. E atualmente, o uso de índices das avaliações em larga escala também é utilizado em referência à escola de qualidade. Desta forma, a concepção de qualidade que se oculta nos documentos da Secretaria Estadual de Educação, acaba por se revelar nas propostas de formação de professores alfabetizadores, quando o foco de melhoria de tal qualidade está relacionado ao aumento dos índices de desempenho na leitura e na escrita apontados pelo SARESP.

QUALIDADE QUE SE VIVE OU QUALIDADE QUE SE EVIDENCIA?

Em nossos estudos temos observado que os índices de avaliação em larga escala vêm sendo cada vez mais utilizados como indicadores da qualidade nas escolas. Franco, Alves e Bonamino (2007, p. 990) destacam que “a partir da década de 90, o Brasil passou a contar com avaliação nacional, que permite acompanhar a qualidade da educação brasileira.” No trecho abaixo da Política Educacional do Estado de São Paulo, esse aspecto é revelado claramente:

(...) é preciso estabelecer um compromisso claro entre cada ação e o resultado final, a aprendizagem. Como não é possível nem desejável encerrar os processos de ensino e aprendizagem apenas no interior da sala de aula, consideramos que, todos que trabalham na educação, cada um, em seu âmbito de responsabilidades, deve estar envolvido com o processo de construção desse compromisso, único modo de criar uma escola eficaz, focada nos resultados efetivos do trabalho institucional e sintonizada com o caráter educador do Governo Alckmin. Visando a essa eficácia, a SEE vem aprimorando e ampliando o uso de indicadores objetivos como forma de avaliar resultados e realimentar suas estratégias de ação. (SÃO PAULO, s/d/. Política Educacional do Estado de São Paulo. CENP/SEE-SP.) (grifos das autoras)

Neste trecho evidencia-se o conceito de uma escola de qualidade para o governo estadual. Inicia ressaltando a questão das ações educativas necessitarem, como correspondência a aprendizagem, nos remetendo ao conceito de Paulo Freire (1996) de que não há docência sem discência. No entanto, diferente da concepção de Freire da aprendizagem como processo contínuo, que não pode ser realizado dentro do contexto da educação bancária, em que o aluno tenha que “devolver” aquilo que lhe foi depositado, o trecho acima relaciona a aprendizagem aos resultados efetivos, que, claramente, referem-se aos indicadores de avaliação em larga escala.

A associação Ação Educativa, com apoio do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e SEB/MEC (Secretaria de Educação Básica/Ministério da Educação), elaborou no ano de 2007, o documento “Indicadores de Qualidade na Educação”, apresentando sete dimensões indicadoras da qualidade: 1) ambiente educativo; 2) prática pedagógica e avaliação; 3) ensino e aprendizagem da leitura e da escrita; 4) gestão escolar democrática; 5) formação e condições de trabalho dos profissionais da escola; 6) ambiente físico escolar; 7) acesso e permanência dos alunos na escola

(INDICADORES, 2004). O documento apresenta uma série de práticas relacionadas a cada uma das dimensões, para a construção de uma escola de qualidade, o que vai muito além de se obter um aumento de índices de desempenho na leitura e na escrita. Proporcionar um ambiente educativo, oferecer formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, oferecer um ambiente físico de qualidade, como propõe o documento da Ação Educativa, remete muito mais ao papel do governo neste cenário, do que à figura dos profissionais diretos da educação.

Neste sentido, podemos observar o discurso das Resoluções 88 e 89, que traçam diretrizes ao Professor Coordenador, como já apresentado anteriormente. A Resolução 88, de 19-12-2007, após colocar o Professor Coordenador como implementador da política de qualidade do estado, traça alguns objetivos, definindo qual seria a sua função:

- ampliar o domínio dos conhecimentos e saberes dos alunos, elevando o nível de desempenho escolar evidenciado pelos instrumentos de avaliação externa e interna;
 - intervir na prática docente, incentivando os docentes a diversificarem as oportunidades de aprendizagem, visando à superação das dificuldades detectadas junto aos alunos;
 - promover o aperfeiçoamento e o desenvolvimento profissional dos professores designados, com vistas à eficácia e melhoria de seu trabalho;
- (SÃO PAULO, 2007b. Resolução SE 88, de 19-12-2007, p.1)

No primeiro tópico dos objetivos do Professor Coordenador, já é possível perceber a questão dos resultados evidenciada, atribuindo a esse profissional o papel de ampliar o domínio dos conhecimentos dos alunos. Esse trabalho é realizado diretamente pelo professor na sala de aula, cabendo ao Professor Coordenador, acompanhar e subsidiar tal trabalho. No entanto, nesta Resolução, o Professor Coordenador é o responsável pela ampliação dos conhecimentos e, conseqüentemente, pela elevação dos níveis de desempenho escolar, evidenciado pelos instrumentos de avaliação externa. Não se fala aqui de que tipo de cidadão pretende-se formar, nem tão pouco, de que maneira espera-se que as crianças articulem os saberes aprendidos com a vida fora da escola. Logo no primeiro objetivo, o Professor Coordenador está diretamente atrelado ao aumento dos índices nas avaliações externas. Remetendo, mais uma vez, ao conceito de escola de qualidade que os documentos estaduais vêm apresentando.

No segundo objetivo – “intervir na prática docente, incentivando os docentes a diversificarem as oportunidades de aprendizagem, visando à superação das dificuldades detectadas junto aos alunos” – é ressaltado o aspecto diretamente prático do trabalho do

Professor Coordenador e possibilita a interpretação de que as práticas dos docentes não se encontram suficientemente diversificadas. Entretanto, questões sobre diversificar as oportunidades de aprendizagem com base em quais fundamentos teóricos e com que finalidade não são explicitadas.

No último item dos objetivos – “promover o aperfeiçoamento e o desenvolvimento profissional dos professores designados, com vistas à eficácia e melhoria de seu trabalho” – é possível perceber uma nova dimensão que ganha o Professor Coordenador. Este trabalho não era evidenciado na Resolução que traçava diretrizes ao Coordenador, até então. Os Horários de Trabalhos Pedagógicos Coletivos (HTPC's) já eram instituídos, mas o coordenador não era o único responsável por este horário e não tinha traçado para sua função, a responsabilidade com este trabalho. Outra vez, aparece a questão do resultado no documento. Colocado, neste momento de forma mais sutil, a palavra eficácia, utilizada, está diretamente ligada à questão da qualidade naquilo que se produz. Um termo bastante utilizado em linhas de produção. O que poderíamos chamar de um professor eficaz? Aquele que produz alunos que obtenham, cada vez mais, melhores resultados nas avaliações? Seria eficaz um adjetivo considerado importante aos professores pelos teóricos da educação? Paulo Freire, elaborando os saberes necessários à prática educativa, em *Pedagogia da Autonomia* (FREIRE, 1996), discute vinte e sete exigências à docência: rigorosidade metódica; pesquisa; respeito aos saberes dos educandos; criticidade; estética e ética; corporeificação das palavras pelo exemplo; risco, aceitação do novo e rejeição de qualquer forma de discriminação; reflexão crítica sobre a prática; reconhecimento e assunção da identidade cultural; consciência do inacabamento; o reconhecimento de ser condicionado; respeito à autonomia do ser do educando; bom senso; humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores; apreensão da realidade; alegria e esperança; convicção de a mudança é possível; curiosidade; segurança, competência profissional e generosidade; comprometimento; compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo; liberdade e autoridade; tomada de consciência de decisões; saber escutar; reconhecer que a educação é ideológica; disponibilidade para o diálogo; e querer bem aos educandos. No entanto, entre todos os saberes necessários, não encontramos um que se relacionasse ao termo eficiência. Um funcionário eficaz, eficiente, nos escritórios, é aquele que faz o que lhe é pedido, no menor tempo possível e da melhor maneira. Podemos transferir estas habilidades ao professor? Seria considerado produto do trabalho docente a aprendizagem das crianças? Como garantir

resultados, para sermos eficazes, considerando a imensa complexidade que envolve o ensinar e o aprender?

A questão da qualidade total, implantada nas empresas, já bateu à porta da educação e vem entrando sutil e agilmente. Escolas e empresas podem seguir o mesmo conceito de qualidade? Podemos chamar conhecimento de produto? Os professores, até algumas décadas, considerados mestres, serão então, peões deste sistema de produção? Utilizando-se das técnicas e métodos desenvolvidos por aqueles que pensam os rumos da educação em nosso país produziremos crianças que respondem às questões das avaliações externas com êxito – talvez – e isto basta para uma escola que educa? Podemos identificar que essa forma de conceber a qualidade é a marca do nosso governo?

OS DISCURSOS E SUAS IMPLICAÇÕES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Longe de rotular a política atual da Secretaria Estadual de Educação, buscamos, neste trabalho, problematizar o discurso utilizado por esta a fim de levantar questionamentos referentes às concepções e às implicações do Programa Ler Escrever sobre a formação de professores alfabetizadores. Parece-nos ter ficado evidente que esta secretaria tem relacionado diretamente a melhoria da qualidade de educação ao aumento dos índices de desempenho nas avaliações em larga escala. Para esta melhoria, a Secretaria depositou nas mãos do Professor Coordenador a responsabilidade pelas ações de formação do grupo de professores da escola em que atua, cabendo a uma próxima pesquisa o levantamento de quão preparado encontra-se este agente para esta função e também, se a escola está organizada para se estabelecer como locus de formação.

Várias são as preocupações que se apresentam ao Programa Ler e Escrever como: quais os fundamentos teóricos em que se apoia? A ação de um Professor Coordenador tendo duas horas semanais com o grupo de professores de sua escola é suficiente para a mudança de um paradigma? Como se formam professores críticos e conscientes do processo que estão vivendo no interior da escola?

Entretanto, o fator mais preocupante dentre os discursos problematizados, de fato, é o posicionamento da busca de uma escola de qualidade somente aumentando os índices de desempenho na leitura e na escrita. Não desejamos aqui desmerecer a importância da melhoria da aprendizagem das crianças nas questões de leitura e escrita, muito menos em sua fase inicial. Consideramos essencial este trabalho. Contudo, o que

questionamos é o fato de um Programa, de tamanho alcance e importância, que tem por objetivo principal a melhoria da qualidade de ensino, visar somente o aumento dos índices de leitura e de escrita. E ainda, elaborado com vistas a atender essa necessidade, o Programa Ler e Escrever tem por objetivo o desenvolvimento de habilidades que serão avaliadas externamente. Ao se assumir esse propósito, muitos conhecimentos de outras áreas e que se relacionam perfeitamente com as habilidades de leitura e de escrita tem sido deixado de lado na formação de nossas crianças.

Buscamos evidenciar aqui, que mesmo sem um conceito único sobre o que se pode considerar uma escola de qualidade, muitos são os aspectos considerados para a busca desta meta. Muitos destes aspectos envolvem atitudes governamentais e com a escolha do termo “qualidade de ensino” os discursos dos documentos parecem atribuir somente às questões diretas de ensino – a ação do professor – a melhoria de tal qualidade. Por isto, traz, entre as ações propostas, a figura de um Professor Coordenador responsável pela formação dos professores, como se isso pudesse resolver não só as questões da má formação do professor, mas todos os problemas no processo de aprendizagem que causam os baixos índices nas avaliações externas.

REFERÊNCIAS

INDICADORES de qualidade na educação/Ação Educativa, Unicef, PNUD, INEP, SEB/MEC (coordenadores). São Paulo: Ação Educativa, 2007. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/IQE2007.pdf> Acesso em 14/05/2012.

BRONCKART, J. P.; MACHADO, A. R. Procedimentos de análise de textos sobre o trabalho educacional. In: MACHADO, A. R. (org) **O ensino como abordagem discursiva**. Londrina: Eduel, 2004. p. 131-161.

FRANCO, C.; ALVES, F.; BONAMINO, A. **Qualidade do Ensino Fundamental: Políticas, suas possibilidades, seus limites**. Educação e Sociedade. Campinas, vol 28, nº 100 – Especial, p. 990-1014, outubro, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GILL, R. Análise do discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa quantitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

RAMOS, C. **Excelência na educação: a escola de qualidade total**. Rio de Janeiro: Qualitymark. Ed., 1992.

SÃO PAULO (estado). Secretaria de Estado da Educação. **Política Educacional do Estado de São Paulo**. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP). s/d.

SÃO PAULO (estado). **Resolução SE - 86, de 19-12-2007**. Institui, para o ano de 2008, o Programa “Ler e Escrever”, no Ciclo I das Escolas Estaduais de Ensino Fundamental das Diretorias de Ensino da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da

Grande São Paulo. São Paulo, 2007a. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/86_07.HTM?Time=4/13/2013%20:37:20%20PM

SÃO PAULO (estado). **Resolução SE - 88, de 19-12-2007**. Dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador. São Paulo, 2007b. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/88_07.HTM

SÃO PAULO (estado). **Resolução SE - 89, de 19-12-2007**. Dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador. São Paulo, 2007c. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/89_07.HTM?Time=4/13/2013%20:43:12%20PM

SÃO PAULO. Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. Secretaria de Estado da Educação. Letra e Vida. Página Inicial. Apresentação do programa Letra e Vida. Disponível em: <http://cenp.edunet.sp.gov.br/letravida/>. Acesso em 22/05/2012.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria da Educação. Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE). Programa Ler e Escrever. Apresentação. Disponível em: <http://lereescrever.fde.sp.gov.br> Acesso em 30/04/2012.

SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VALIENGO, A. **Formação de alfabetizadores em Portugal e no Brasil: Representações de professores**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista. Marília, 2012.